

Colonialidade do Poder e Sujeição nas Relações Sociais e Educativas no Alto Trombetas

Raimundo Nonato de Pádua Câncio^a
Sônia Maria da Silva Araújo^b

O artigo discute os entraves vividos pelas comunidades de origem africana do Alto Trombetas – Pará/Brasil, para manter seu modo de vida tradicional, desde que suas terras foram transformadas em reserva biológica e na Floresta Nacional Saracá-Taquera. Tal processo teve início com a instalação da Mineração Rio do Norte (MRN) na região, nos anos 1970, com a política de desenvolvimento e de integração regional. Nesta pesquisa bibliográfica, deseja-se compreender a ideologia colonial e patriarcal nas relações interpessoais e educativas e reconhecer os processos coercitivos de ocupação do espaço. A teoria pós-colonial e o pensamento decolonial nos ajudam a refletir sobre a histórica desagregação social e marginalização vivenciados pelas comunidades, além de servir de base para a avaliação das profundas transformações ocasionadas pela presença da mineradora, como agente do capital internacional na região. Os resultados mostram que a população vivenciou novamente um processo de ‘re-escravização’, dependência e sujeição.

Pós-colonialismo, Patronagem, Sujeição, Alto Trombetas.

Os estudos dos movimentos sociais, devido à insistente negação de fatos históricos e sociais, têm sofrido revisões críticas, sobretudo a partir das contribuições que advém de teorias da pós-modernidade,

a Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará. Belém, Brasil. E-mail: nonatocancio@hotmail.com.

b Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Brasil. E-mail: ecosufpa@hotmail.com.

dos estudos culturais e pós-coloniais. Nova possibilidade de leitura advém das contribuições teóricas dos Estudos Culturais, já que abrangem um vasto campo de estudos. Dentre eles, destaca-se a teoria pós-colonial, que se detém, principalmente, nas históricas interferências cometidas à cultura dos povos colonizados, desde o princípio da colonização até o momento atual. A crítica pós-colonial advoga que os variados campos da produção humana, como o das relações sociais, da cultura e da literatura foram afetados profundamente pela dominação imperial europeia. E busca, de forma crítica, desvendar os efeitos disseminados por esta dominação em diversos campos.

A literatura especializada tem mostrado que poucos são os estudos no Brasil que se dispõem a problematizar as contribuições dos chamados estudos pós-coloniais. Este construto teórico é fundamental, já que a colonialidade se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Enfim, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (Maldonado-Torres 2007:131).

Apesar de o colonialismo tradicional ter chegado ao fim, os autores do grupo Modernidade/Colonialidade entendem que as estruturas objetivas, os imaginários e a colonização epistemológica ainda estão fortemente presentes. Com base neste enfoque crítico, Quijano vai propor o conceito de colonialidade do poder para referir-se a esta estrutura de dominação que se submeteu à América-Latina, à África e à Ásia, a partir da conquista. A consequência é que, na modernidade, tal estrutura aparece como um fenômeno europeu e não global, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza (Mignolo 2005:47).

A exemplo disto, as comunidades¹ do Alto Trombetas, na região do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, há décadas enfrentam uma

série de dificuldades para resguardar e manter seu modo de vida tradicional, desde quando suas terras foram transformadas na Reserva Biológica do Trombetas (REBIO) e na Floresta Nacional Saracá-Taquera. Tal processo teve início com a instalação da Mineração Rio do Norte (MRN) na região, na década de 1970. A partir de então, a mineradora de Bauxita² passou a representar, para os remanescentes³ de quilombos⁴, um elemento de desarticulação econômico-social e, principalmente, cultural.

O cenário amazônico e os modos de vida da região do Alto Trombetas sofreram e ainda sofrem profundas transformações com a invasão dos agentes do capital internacional, iniciada com a instalação dos Grandes Projetos. Este fato ocasionou a constante necessidade de busca por formas de se enquadrar à nova ordem produtiva instalada. A mineradora, com toda sua estrutura, tornou-se o local onde a população ribeirinha das comunidades Boa Vista⁵ e Moura encontra ocupação, mesmo que seja como ‘mão de obra menos qualificada’ e em atividades que não exigem alto grau de escolaridade, já que ela não lhes oferece garantias trabalhistas, nem formação adequada para a ocupação desses espaços (Duque 2009:139).

Este estudo de cunho bibliográfico possibilita, sobretudo, a percepção da reorganização da lógica da colonialidade. Deseja-se compreender a ideologia colonial e patriarcal nas relações interpessoais e educativas no Alto Trombetas, assim como reconhecer os processos coercitivos por meio dos quais se consolidou a dominação e a ocupação do espaço. O dominado a que nos referimos aqui é o sujeito subalterno, “refere-se a pessoas na sociedade que são o objeto da hegemonia das classes dominantes [...] colonizados, trabalhadores rurais, operários e outros grupos aos quais o acesso ao poder é vedado” (Bonnici 2005:230).

Trata-se da compilação de pesquisas sobre a ocupação de um espaço e a movimentação de sua gente, as formas de reorganização interna das comunidades como matéria de sobrevivência, confrontada com a invasão colonialista. Por fim, evidencia a histórica luta e os confrontos

da população de origem africana do Alto Trombetas com as corporações transnacionais que dilapidam a floresta e exploram os recursos minerais, como estratégia neoliberal em favor do sistema econômico da modernidade/colonialidade, e para beneficiar os impérios capitalistas na ordem transnacional do capitalismo global.

A ocupação territorial dos povos de origem africana na região do rio Trombetas e os modos de vida

Foi a perseguição aos agrupamentos de afrodescendentes fugidos dos trabalhos em regime de escravidão nas grandes fazendas que possibilitou o surgimento dos quilombos no Brasil. As insistentes fugas geravam recorrentes formas de perseguição aos grupos insurgentes, muitos dos quais eram outras vezes aprisionados e punidos pela rebeldia. Não raro, os locais escolhidos para a formação de tais comunidades eram regiões de difícil acesso, escondidas em meio à floresta. Salles (1971:26) aponta cinco principais regiões do Grão-Pará onde se concentraram os quilombos nos séculos XVIII e XIX: na chamada Guiana Brasileira; entre os rios Gurupi e Turiaçu; na bacia do rio Tocantins; entre os rios Mojuim e Mocajuba; e na bacia do rio Trombetas.

As pesquisas de Acevedo & Castro (1998:37) mostram que a população escravizada, concentrada nos arredores de Santarém e Óbidos, era uma das mais elevadas, perdendo apenas para a região de Belém. Em 1823, na região de Santarém, os afrodescendentes eram em torno de 23.845, o que compreende 18,6% da população total de todo Estado do Grão-Pará. O contingente escravo total era de 3.657, ou seja, 13% do total de todo Estado. Este número estava apenas abaixo da região de Belém com 27,1% da população total e 55% da população escrava total.

Entre outros fatores, a desestabilização político-econômica vivenciada nas grandes fazendas e a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar facilitaram a fuga em massa. Além disso, as crises políticas em Belém, após a independência do Brasil, também possibilitaram a

evasão em massa da população escravizada que vivia na área urbana. Na segunda metade do século XVII e início do século XIX, a fuga da população de origem africana tornou-se, assim, um processo desenfreado e passou a ser veiculado com frequência nos informativos, e na imprensa do estado.

No Brasil, podemos comparar as experiências de escravização vividas na Amazônia com o que foi vivenciado por muitos africanos, quando sequestrados e trazidos da África como escravos e, em seguida, racializados como ‘negros’ no país. À respeito desta experiência, Quijano observa que o desenraizamento violento e traumático, a experiência e a violência da racialização e da escravidão “implicaram obviamente em uma não menos maciça e radical destruição da subjetividade prévia, da experiência prévia de sociedade, de poder, de universo, da experiência prévia das redes de relações primárias e societárias” (Quijano 2005:17).

A população de origem africana que chegou ao Médio Amazonas passou a ocupar as cachoeiras dos rios Curuá, Trombetas, Erepecurú e Cuminá, no município de Oriximiná⁶. Eles se lançavam aos rios à noite, seguiam para as cabeceiras do rio Amazonas e de seus afluentes, para os cursos altos dos rios e acima das cachoeiras. A escolha dos lugares era estratégica, pois buscavam áreas onde pudessem se sentir mais protegidos da captura, da repressão dos seus senhores e das autoridades governamentais. A maioria dos fugitivos que se instalou nesta região veio de Monte Alegre, Santarém e Gurupá. Acredita-se que eles permaneceram nestes lugares devido à vigilância que havia no Forte dos Pauxis, na cidade de Óbidos, e o difícil acesso à região das cachoeiras.

Na Bacia do Trombetas, os maiores mocambos⁷ estavam situados nos altos cursos dos rios Trombetas e Erepecuru, em trechos pouco navegáveis. A inacessibilidade à essa região foi um elemento inicialmente fundante, mas também há que se destacar que a permanência destes grupos nestes lugares se deve também ao fato de as terras do Alto Trombetas serem propícias ao cultivo, o que favorecia também a

produtividade para subsistência e para o comércio, a partir do contato direto com as cidades da região ou pelo processo de comercialização de mercadorias, mediado por terceiros.

Segundo Wanderley (2006), a decadência da economia cacaueteira extrativista no Médio Amazonas esteve ligada à concorrência e à variação do preço do cacau, ao precário nível tecnológico e dificuldades com mão de obra escrava. Somado a isso, a grande ocorrência de fugas dos escravos e a formação de mocambos contribuíram para aprofundar a crise dos fazendeiros no início do século XIX. Este cenário econômico propiciou, de certa forma, a comercialização de mercadorias entre a população quilombola e os regatões, alimentando o comércio nas cidades circunvizinhas. Com o passar do tempo, os quilombolas mantinham contatos quase que contínuos com regatões⁸, marchantes ou marreteiros que percorriam os rios para negociar com eles por meio da troca ou venda.

Com a ajuda destes comerciantes, os afrodescendentes desciam escondidos até Oriximiná e Óbidos para vender aos compradores de sua confiança os produtos cultivados ou extraídos das matas. Nas relações cotidianas, eles mantinham com os moradores de Óbidos uma relação comercial baseada na ‘cumplicidade e na clandestinidade’, pois viajavam durante a noite e se escondiam durante o dia, para que não fossem perseguidos e seguidos a seus quilombos. Nas viagens para os vilarejos, traziam tabaco, farinha, macaxeira e jerimum. Compravam ou levavam em troca açúcar, café, tecido, munição, anzol e linha (Acevedo & Castro 1998:4).

Atualmente, há vários grupos de remanescentes de quilombos⁹ nas margens dos rios Trombetas, Erepecuru e Cuminá. Aos poucos, quando estes grupos se sentiram mais estabelecidos e ‘diminuíam’ as diversas formas de perseguição, muitos deles passaram a viver abaixo das cachoeiras.

Ao fugirem da condição de opressão que viviam, desenvolveram um modo de vida baseado no sistema de roça, pesca, caça, coleta e produção de artesanatos, de transporte, de cura e também de repre-

sentações sobre a natureza. O navegar pelos rios, furos, lagos e mediações do Trombetas, Erepecuru e Cuminá, possibilitou que eles conhecessem os acidentes geográficos, a flora e a fauna da região. Esse conhecimento foi substancial para que pudessem sobreviver em meio à densa mata e aos perigos da floresta.

A conquista do espaço tão desejado para a liberdade fez com que os afrodescendentes do Trombetas estabelecessem uma relação de respeito com a floresta. Aos poucos, eles passaram a fazer parte dela e a viver em harmonia com o espaço, dados os problemas outrora vivenciados. Entretanto, este período de sossego foi ínfimo, pois logo eles passaram também a conviver com as tentativas de destruição dos quilombos do Trombetas. Há vários documentos que registram as ordens dadas para que esta ação fosse executada. Muitas vezes sem saber, a vida nos quilombos era constantemente ameaçada.

Por muito tempo os regatões eram os únicos que se atreviam a subir os rios e adentrar os espaços dos quilombos, pois o Alto Trombetas era muito temido pelos que não o conheciam. Esses comerciantes possibilitavam aos afrodescendentes, com suas constantes viagens, muitas mercadorias de consumo que precisavam para a vida cotidiana, inclusive fazenda/tecidos, sal, pólvora e armas, além das informações que necessitavam sobre a movimentação na cidade, possíveis ataques, para que assim pudessem organizar sua descida tranquilamente.

As comunidades quilombolas que se constituíram nos altos rios da Amazônia brasileira e da Guiana, foram por diversas vezes atacadas por expedições punitivas, mas também visitadas por religiosos, cientistas, comerciantes e pessoas comuns da região. Se, por um lado, isso significou a inserção daquelas comunidades no contexto local, por outro, representou também outra forma de escravização e aprisionamento. A colonialidade do poder, representada nesta ação repressora, é expressa na intervenção dos modos de vida, no padrão tradicional das aldeias, dos assentamentos e na ideia de catequização imposta à população da floresta. O pensamento, fundado na cultura do colonizador, é utilizado para justificar as atitudes diante do colonizado.

De outra forma, se destruir os mocambos restituía os escravos a seus senhores, por outro lado isso contrariava os interesses de um segmento considerável da sociedade local, os comerciantes, que eram homens que ocupavam cargos públicos e, por conseguinte, gozavam de prestígio político. Havia, portanto, nessa relação um forte jogo de interesses entre o poder local e o Estado, no tocante à destruição das comunidades quilombolas (Funes 2000:37).

No entanto, Acevedo & Castro (1988:85) observam que houve um longo intervalo em que a sociedade escravista realizou uma espécie de rendição temporária e que, para os afrodescendentes, significou uma trégua que lhes permitiu organizar-se internamente. Posteriormente, com a abolição da escravatura, em 1888, eles desceram as cachoeiras formando povoados em localidades menos distantes das cidades de Óbidos e Oriximiná. Intensificavam-se, dessa forma, as trocas com os comerciantes dessas cidades.

Assim, pode-se dizer que os quilombos do Trombetas constituíram-se como a maior ocupação territorial representada e controlada por escravos fugitivos no estado. Constata-se na região o domínio estabelecido por esse grupo étnico durante mais de dois séculos, que inicia com a sua subida às cachoeiras, no final do século XVIII. Para as estudiosas, o movimento da população de origem africana no Alto Trombetas indicou elementos articuladores de uma convivência social estável e bastante particular. Nesse ínterim, eles construíram sua identidade étnica, definida e continuamente recriada, baseada em um conjunto de práticas, de padrões regulares de comportamento e de concepções (Acevedo & Castro:81).

A relação de patronagem nos castanhais do Alto Trombetas

Durante o período colonial e imperial a atividade capitalista predominante na Amazônia era o cultivo do cacau e da cana de açúcar, que visava atender as demandas europeias. No fim do século XIX e princípio do XX, a borracha foi a exportação principal e era também

direcionada ao mercado das grandes potências. No Pará, substituiu-se o extrativismo da borracha, após seu declínio de produção, pela exploração da castanha-do-pará. Essa exploração foi posteriormente substituída, na segunda metade do século XX, pela extração mineral, cujos interesses estavam voltados às grandes empresas transnacionais e aos empresários do centro-sul do Brasil. A exploração mineral perdura até os dias atuais suprimindo a necessidade nacional e internacional.

Segundo Wanderley (2005:164), à medida em que o processo de privatização da terra avança, os governos e os atores econômicos se incorporam às terras ricas em castanhas, criando um novo ator social, os ‘patrões dos castanhais’. A partir daí, cria-se uma nova forma de relação social por meio da qual a população de origem africana começa a ser introduzida à patronagem. As chamadas ‘redes clientelares’ e sua articulação com as relações de patronagem constituem temas recorrentes na historiografia política recente e do período colonial brasileiro. Representam marca essencial das configurações de poder aos moldes do antigo regime português e suas variações para os séculos XIX e começo do XX na história sócio-econômica-cultural da região amazônica brasileira.

Nesse sentido, vale observar que, para Stuart Hall (1996:27), o colonialismo, em meio aos processos de transculturação entre o global e o local, agenciados pelas políticas imperialistas, tornou-se uma realidade difusa, ainda vivenciada nos Estados pós-coloniais. Este fato tem sido entendido como uma forma de ‘colonialismo interno’, o que ocorre quando elites locais, a partir de uma fronteira nacional, sob a proteção do Estado e de seus aparelhos, desenvolvem e desencadeiam projetos de colonização e conquista dos nativos e da geografia.

No processo de inserção da população a este novo sistema, há uma série de problemas evidenciados que precisam ser estudados, entre eles destacamos o constante endividamento.

“os quilombolas de fuga ou velhos quilombolas experimentam as duras provações da condição de trabalhadores e homens livres, enquanto os seus descendentes empreenderam, [...] a organização eco-

nômica e social das comunidades. Assim moveram-se entre o endividamento com os patrões, via extrativismo da castanha e a existência como camponeses” (Acevedo & Castro 1998:114).

O endividamento, aqui entendido como servidão por dívida, tornou-se recorrente devido ao isolamento geográfico e a ameaça à vida da população, haja vista que estariam expostos a um conjunto de condições degradantes, o que lhes fazia ‘emprestar’ recursos aos patrões, com os quais os trabalhadores já estavam endividados, e deviam trabalhar para pagar. Em razão dos laços que mantinham com os patrões, da mobilidade e da falta de alternativas de subsistência, era muito difícil que os afrodescendentes deixassem em definitivo esse tipo de relação de trabalho degradante.

À medida em que se desenvolvia a economia da castanha, iniciava-se e elevava-se também o poder de certas famílias na região pela posse indiscriminada das terras. Assim, as famílias Guerreiro, Picanço Diniz, Figueiredo, Almeida, Teixeira e Manuel Costa, tornaram-se os ‘patrões dos castanhais’ e, com isso, os políticos que passaram a responder pela região (Acevedo & Castro 1998:45). Há que se registrar, também, que, no Trombetas, muitos dos ‘donos dos castanhais’ se tornaram grandes pecuaristas, latifundiários e madeireiros nas áreas de terra firme do município de Óbidos, Faro, Terra Santa, Oriximiná, abandonando assim as comunidades onde estavam assentados os quilombolas.

Os titulares das terras passam a ser os comerciantes e os fazendeiros das cidades mais próximas. Isto foi possível porque as terras que estavam localizadas às margens do rio Trombetas foram declaradas como referências na identificação e localização de imóveis rurais, obrigando-os a declarar em cartório por força do Decreto de 26 de abril de 1865, que obrigava o registro de terras transacionais (Acevedo & Castro 1988).

Tal fato contribuiu para a alienação de territórios já ocupados, principalmente pelos indígenas e remanescentes de quilombos, igno-

rando a ocupação anterior. Estes últimos, que viveram a tão sonhada liberdade neste território, já se viam ameaçados por outras formas de manipulação. E a colonização continuava a caminhar sempre aos passos dos senhores e no horizonte de seus interesses capitalistas.

Em relação a alguns aspectos do sistema de patronagem na região do rio Trombetas, nos livros de batismo da Paróquia de Santo Antônio, do período de 1901 a 1941, consultados por Acevedo & Castro (1998:36), foi possível identificar, conforme expresso nos seus estudos, que em algumas relações familiares havia nomes de crianças afrodescendentes, cujo sobrenome era recebido, como forma de adoção, dos patrões de seus pais. Outro fator pontuado na pesquisa foi que até 1894 não havia no município transcrição de posse de terras. Destaca-se que somente em cinco transcrições aparecem lavrados 49 monopólios de terras. As estudiosas registram que os políticos Carlos Maria Teixeira e José Clementino de Figueiredo escrituraram várias posses nesse período.

Com a propriedade das terras, a coleta da castanha, antes realizada pelas famílias nas comunidades aos arredores dos castanhais, agora passava para controle dos patrões. Neste processo ocorria algo como a 're-escravização' das populações afrodescendentes, que passaram da agricultura e extrativismo autônomo para a relação de dependência e sujeição para com os patrões. Tais grupos, em constantes confrontos com situações de crise, desequilíbrio e ruptura, que provocaram reações, negociações e novas estratégias de aliança, foram inseridos numa outra dinâmica, num novo ritmo, não somente social, mas sobretudo político, em que a sujeição dos homens e das mulheres ou sua recusa à mesma são as principais questões em jogo.

As relações de patronagem se estenderam por mais de meio século e se estruturaram num modelo paternalista e opressor que fazia uso da mão de obra do trabalhador sem lhes garantir os devidos direitos. Desta forma, os quilombolas eram tidos como inferiores ao branco, sem vida pessoal, sem desejo de liberdade individual, um objeto de exploração apenas. A relação era caracterizada pela submissão a um

senhor ‘bom e generoso’, ao qual eles eram dependentes e estavam subordinados, haja vista que se encontravam muito dependentes do trabalho servil no cultivo da castanha-do-pará. Muitos deles eram vítimas da insensibilidade, da desonestidade, da malvadez e da falta de escrúpulos dos senhores. A questão da legitimidade, na manutenção da escravatura, da imoralidade, ou das punições desumanas perpetradas pelos brancos, foram por muito tempo silenciadas na literatura, até meados do século XIX.

A necessidade de minimizar a responsabilidade financeira com os trabalhadores nos castanhais fez com que os patrões pensassem em estratégias para a diminuição de custos e responsabilidades e novas formas de manter a produção da castanha sob o seu poder. Assim, dados os interesses mútuos, eles passaram a ‘emprestar’ o seu sobrenome para batizar os filhos dos afrodescendentes, que viviam nos arredores das fazendas, como uma maneira encontrada de fazer com que eles se sentissem membros da família dos patrões.

Deste modo, a relação passava a ser muito maior que a de um simples vínculo trabalhista, tornava-se uma relação de falsa afetividade entre opressor e oprimido, consolidada agora pelo fato de este último ser considerado um novo ‘agregado’ da família. Cabe dizer que uma forma encontrada pelo opressor de minimizar os efeitos de seus males ao oprimido é fazendo com que eles se reconheçam agora como irmãos.

A princípio, pelo menos de forma dissimulada, a vigilância do patrão foi substituída pela confiança e fidelidade. As relações interpessoais com estreitos laços, aos poucos, formaram redutos eleitorais para os patrões dos castanhais, que se tornaram figuras políticas de peso regional, promovendo políticas variantes entre o assistencialismo eleitoral e seus interesses econômicos. Mas estas formas de gestão patronais da terra não se expandiram especialmente pela Amazônia, concentrando-se na região do Trombetas (Acevedo & Castro 1998:52).

O senhor dos castanhais, portanto, como figura paternalista, desempenha um papel central na conservação e na consolidação de uma

estrutura social de matriz escravista. Entretanto, esta relação passa a apresentar novos contornos, pois o senhor tornava-se, ao mesmo tempo, um patrão menos ‘rigoroso’ e mais ‘generoso’, devido à mão de obra e aos saberes dos quilombolas serem fundamentais para a coleta da castanha, pois eles detinham o conhecimento da densidade da floresta e o conhecimento do espaço. Era necessário, pois, esboçar uma realidade que mantivesse os trabalhadores em seus postos, sem que eles precisassem novamente fugir, motivados pelas punições violentas a que outrora seus antecedentes já haviam sido submetidos.

É nesta perspectiva que se enquadram as palavras de Gilberto Freyre, quando expõe que, já no século XX, o Brasil patriarcal concebeu uma sociedade escravocrata mais complacente, mais humana que a britânica ou espanhola, haja vista que:

“A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas da casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da Família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos” (Freyre 2002:323).

A literatura passou a mostrar, nas obras, uma relação familiar moralizante, demonstrativa de boas relações entre senhores e escravos. Aparecem sobretudo personagens, como as mucamas, que caracterizam os seus amos como o paradigma da afabilidade e da generosidade aos outros. É a partir desta nova relação que passamos a compreender que a população de origem africana do Trombetas e os mestiços, sem voz própria, deixaram de intervir diretamente nas relações comerciais e passariam à condição de escravos. Pois eles haviam perdido a capacidade de intervenção comercial; a partir dessa hora é o branco que lhe produz o discurso, já que é o senhor que o orienta ‘afetivamente’, passando a existir apenas como objeto.

Entretanto, o preço e a importância regional da castanha começaram a decair a partir da década de 1930. O declínio da produção extrativista levou ao enfraquecimento das relações de patronagem, que atingiram sua decadência, ou extinção, na década de 1960. Os patrões dos castanhais passaram a perder parte de seu poder socioeconômico, mas manter seu poder político, administrando os órgãos públicos municipais e regionais, em face dos interesses econômicos dos fazendeiros.

Para Quijano (2005:20), em articulação com esse novo sistema de dominação social, foi também emergindo um novo sistema de exploração social ou, mais especificamente, de controle do trabalho, de seus recursos, de seus produtos. Para ele, todos os modos historicamente conhecidos de controle do trabalho ou de exploração, como escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e capital, foram associados, articulados, em um único sistema conjunto de produção de mercadorias para o mercado mundial.

O autor ainda observa que, nessa nova estrutura de exploração do trabalho e de distribuição de seus produtos, cada um de seus componentes é redefinido e reconfigurado. Comenta que esse sistema único de produção de mercadorias para o mercado mundial é uma experiência histórica sem precedentes, um novo sistema de controle do trabalho, ou de exploração social. E observa que:

“Os não-índios e não-negros eram amos, patrões, administradores da autoridade pública, donos dos benefícios comerciais, senhores no controle do poder. E, naturalmente, em especial desde meados do século XVIII, entre os ‘mestiços’ era precisamente a ‘cor’, o matiz da ‘cor’, o que definia o lugar de cada indivíduo ou cada grupo na divisão social do trabalho” (Quijano 2005:20).

Os então políticos, os mesmos patrões e donos dos castanhais, levaram consigo a falsa generosidade, a bondade dissimulada, a filantropia e a compaixão interessada para expandir suas ideologias, com base na mentalidade paternalista, aos outros lugares da região. Assim, de forma indelével, a imagem de indigência e de ingratidão dos afrodescendentes nos seus discursos eleitoreiros sempre esteve associada aos

comunitários que não lhes demonstrassem apoio. A própria estrutura política social do município de Oriximiná, se observada ao longo das décadas, esboça um painel onde se notabiliza um esforço para manter as estruturas de uma sociedade cujo domínio inquestionável foi sempre de quem verdadeiramente esteve no poder: o senhor branco.

Colonialismo do poder, sobreposição territorial e desterritorialização

Desde os tempos dos mocambos, até às atuais comunidades remanescentes de quilombos, existe um percurso histórico de contínuas desterritorializações e reterritorializações, de fugas, vivências e de lutas. Após o enfraquecimento da ordem escravista, a reterritorialização se efetuava de forma bem distinta de como os negros haviam se organizado antes. Na última década do século XIX, “o movimento no rio Trombetas começava levemente a polarizar-se entre a frente de ocupação negra e a frente de ocupação branca” (Acevedo & Castro 1998:54).

Após o golpe de 1964, os militares que tomaram o poder tinham o interesse de integrar a região amazônica ao restante do país. Havia receio de perder essa porção do território, que era afastada da dinâmica produtiva do centro-sul. Isso fez com que o Estado implementasse políticas de desenvolvimento regional e de integração nacional, conhecidas pelo lema ‘integrar para não entregar’.

Inicialmente, o projeto de exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte foi composto pela união do capital financeiro nacional e internacional (*joint-venture*), cujo objetivo era construir um complexo de alumínio no Estado do Pará, em decorrência da exploração do minério. O município de Oriximiná (PA) foi escolhido, na década de 1970, devido ao seu potencial em recursos minerais (bauxita), e também para sediar um dos polos de desenvolvimento regional, implantado pelos projetos de integração nacional dos governos militares.

As grandes empresas da região Sul, Sudeste e internacionais eram incentivadas pelo governo a implantar grandes projetos na região, ten-

do em vista acelerar o processo de ocupação da Amazônia. O interesse das grandes empresas se voltava para a mineração (estanho, bauxita, ouro, cassiterita, manganês e ferro), extração e beneficiamento de madeira, pecuária de corte e soja. Pautavam-se no discurso de que era necessário desenvolver a região para que houvesse a libertação de seu povo. Em contraposição, para Mignolo (2010:17), a ideia de *libertação* está relacionada a dois tipos de projetos diferentes e interrelacionados, quais sejam: a descolonização política e econômica, e a descolonização epistemológica, opinião dissonante à ideia inicialmente proposta pelas multinacionais.

Para Quijano (1990:57), na ideia de modernização, a América Latina está claramente dividida em dois espaços diferenciados: sociedades pré-modernas, com relações sociais baseadas na ‘santidade da tradição’ e das sociedades modernas, com as características das sociedades capitalistas, com base na racionalidade do mercado formal, do ganho e do trabalho assalariado. Nestas condições, o desenvolvimento é concebido como a atualização, ou seja, uma forma de se alcançar, com projetos evolutivos fora da sociedade tradicional, a sociedade moderna.

O projeto minerador da empresa Mineração Rio do Norte e a pecuária desenvolvida na região debilitaram a já decadente economia extrativista da castanha. As novas atividades mudaram a base econômica, a organização sócio-espacial, local e regional, recriando as redes de atores sociais, seus interesses e discursos. A partir de então, “o interesse pela terra se deslocou da castanha para os recursos minerais” (Acevedo & Castro 1998:192).

A atividade mineral no Trombetas teve início em 1976. Após três anos de exploração, promulgou-se no congresso nacional a proposta da empresa MRN de demarcação da Reserva Biológica do Trombetas (REBIO), na margem esquerda do rio, área não explorada em recursos minerais, porém onde havia jazidas a serem mineradas. O Estado, de forma autoritária, considerou aquele espaço como vazio, o que lhes

permitiu o entendimento de que fosse passível de ser dominado, colonizado e delimitado, ignorando os indivíduos ali residentes (Wanderley 2008).

Em 1989, sob as mesmas orientações, delimitou-se a área da Floresta Nacional de Saracá-Taquera (FLONA), localizada na margem direita do Trombetas, incluindo as áreas concedidas para lavra. Nesta data, finaliza-se, até então, o processo de formação territorial desenvolvido pelo IBAMA no entorno do empreendimento minerador. A problemática no entorno da criação da REBIO parte do princípio de que ali havia um espaço desabitado. Ao partir deste princípio, o governo federal, ainda sob o controle ditatorial dos militares, demarcou a reserva sem levar em consideração os indivíduos ali residentes. Disso decorreu a sobreposição de territórios centenários utilizados por comunidades quilombolas ao novo território constituído pela Reserva Biológica do Rio Trombetas.

A delimitação da REBIO desagradou grande parte das comunidades que viviam nas imediações do rio Trombetas e que tinham sua economia e organização social ainda sob forte influência da exploração de recursos da floresta. As manifestações de descontentamento vieram de diferentes segmentos, majoritariamente das comunidades afrodescendentes, dos comerciantes e interlocutores nacionais e internacionais (Acevedo & Castro 1998:48).

Segundo Wanderley (2008), muitos afrodescendentes que estavam assentados na margem esquerda do Trombetas foram expulsos de suas terras, muitas vezes sem a efetivação de qualquer indenização ou mediante ínfima quantia. Os diversos atos de violência foram denunciados pela pastoral de Oriximiná, durante a década de 1980, sendo esta a única forma de visibilidade para a população de origem africana. Algumas famílias se transferiram para outras comunidades quilombolas, passando da margem esquerda para a margem direita do rio, onde não havia repressão de forma mais direta, ou mudaram para fora da região do Trombetas.

Acevedo & Castro (1998) observam que muitas famílias estabeleciam alianças entre si e discutiam a sorte, quando fossem expulsas da área da reserva. Entre as vítimas, as autoras apontam que havia “oito pessoas muito velhas que deslocadas de seu seio, desestruturaram-se e vieram a morrer em pouco tempo” (Acevedo & Castro 1998:59). Em *Cachoeira Porteira*, por exemplo, “as comunidades já experimentadas pelas relações com as empresas que ali se instalaram, Eletronorte, Andrade Gutierrez e Engerio, revelam solidariedade com os moradores do lago Jacaré” (Acevedo & Castro 1998:201).

Contudo, os conflitos territoriais para os quilombolas ainda não haviam acabado. Em 1981, o *Grupo Ludwig* vendeu as áreas de concessão de lavra da bauxita para mineradora ALCOA, que decidiu retomar o projeto. A empresa não conseguiu retirar de algumas áreas os remanescentes de quilombos, os quais se encontravam cercados, de um lado pela proibição de caça, pesca, roçado e extrativismo, engendradas pela REBIO; e, de outro, pela ALCOA, que ameaçava avançar sobre seu território. Em 1991, um acordo com a Companhia do Vale do Rio Doce CVRD assegurando a venda de bauxita de Trombetas para ALCOA fez com que ela abandonasse o projeto, permitindo às comunidades quilombolas reassumirem seu território.

Os conflitos contra as grandes empresas, como MRN, ALCOA, *Grupo Ludwig*, ELETRONORTE, foram silenciados no país e marcam uma história particular de lutas da população de origem africana da região do Alto Trombetas. Todavia, é importante observar que não só os remanescentes de quilombos sofreram com os impactos do grande projeto na região, mas também outros tantos povos tradicionais que, assim como eles, perderam esta luta contra o capital.

Para o governo federal, principalmente durante o período ditatorial, comunidades tradicionais¹⁰ não poderiam servir de barreira para o progresso e o crescimento do país. Os pequenos grupos étnicos não podiam exercer poder de pressão perante o Estado, o que enfraquecia sobremaneira suas forças e de seus defensores nos embates no campo de disputa territorial contra as grandes empresas. Estas, por

serem sustentadas por uma rede de interesses capitalistas nacionais e internacionais, exerciam o poder sobre o território e sobre grande parte da população, além de possuírem total respaldo e o apoio das instituições públicas, cujos governantes também tinham interesses em futuro apoio eleitoral.

Apesar de acreditarem que fariam parte do ‘progresso’ que ali chegava, os afrodescendentes, depois das empresas se estruturarem na região, viram seus conhecimentos e sua força serem ignorados e não servirem em nada para os empresários. Os quilombolas que viviam no entorno e vislumbravam na mineradora a possibilidade de ingressar como assalariados e ascenderem socialmente, limitaram-se a um restrito número de funcionários contratados pelas empresas nas comunidades. Quando eles não conseguiam vagas nas empresas, eram empregados nos serviços domésticos nas residências dos grandes empresários.

A implantação da empresa mineradora nas terras onde vivia a população de origem africana trouxe uma série de mudanças, tanto na ação da empresa como nas características das atividades. A maior parte das funções nas empresas foi ocupada por profissionais ‘importados’ de outros estados e até de outros países, restando os cargos de menor qualificação e de menor prestígio para a população local. De povos tradicionais, eles passaram a viver numa espécie de ‘periferia’, novo lugar demarcado a eles pelo grande empreendimento. Esta nova forma de colonialismo é explicada por Wallerstein, quando diz que:

“a história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto mundo. [...] Na maioria das regiões do mundo, essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa. [...] O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização, crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso. Todas essas palavras foram interpretadas como expressão de valores universais incrustados no que se costuma chamar de lei natural. Por isso, afirmou-se que essa expansão não só foi benéfica para a humanidade como também historicamente inevitável” (Wallerstein 2007:29-30).

Mesmo a ação do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) sendo considerada ameaçadora pelos moradores da região, muitas comunidades ainda permaneceram em seus territórios sobrepostos à REBIO. A suspeita de qualquer aproximação dos fiscais era motivo para que as famílias se refugassem no interior da floresta à procura de esconderijo. Há relatos de que os fiscais, às vezes, acompanhados pela Polícia Federal, entravam nas casas, quebravam objetos, jogavam a alimentação dos moradores no rio, apreendiam os materiais de trabalho, espingardas, facão, malhadeira e canoa.

Assim, afloraram-se conflitos decorrentes dos choques de interesses. O estilo violento e repressor do órgão começou a se alterar com a divulgação das ideias que buscavam a ‘humanização’ na questão ambiental no âmbito das políticas públicas na década de 1990. Os conflitos se tornaram intensos¹¹, devido a reserva biológica estar localizada em um território extremamente rico em recursos naturais, onde se localizavam os principais, melhores e mais densos platôs cobertos por castanhais, os grandes lagos e a densa floresta com infinidades de alimentos e de matéria-prima vegetal (Wanderley 2008). Os quilombolas que vivem no interior da unidade de conservação e no entorno dela sempre se utilizaram destes recursos e do território para alimentação da família e para a geração de renda.

Segundo Wanderley (2008), a partir da demarcação e do controle do novo território, há um processo de cercamento dos recursos naturais e dos territórios, antes contínuos e de livre acesso às comunidades. Os afrodescendentes, num primeiro momento, não tiveram vedados seus direitos de trabalhar como coletores, sendo liberados apenas para entrar e circular na reserva somente em época de coleta de castanha.

Por volta do ano de 1985, com a instalação dos postos de fiscalização na entrada dos lagos *Jacaré* e *Erepecu*, o acesso passou a ser proibido pelo IBDF, em qualquer época ou horário. Com efeito, passou a valer a lei que proíbe todo e qualquer tipo de exploração, considerando-as ilegais. Com a total proibição da entrada na área da REBIO e,

por consequência, aos castanhais, só restava aos quilombolas se deslocarem para os locais mais distantes e de difícil acesso, até que atingissem novamente os castanhais.

Wanderley (2008) relata que os indivíduos ficam sem poder ter acesso aos seus recursos e, por não terem outra opção de sobrevivência, eles burlam as leis que os proíbem do acesso a seus direitos fundamentais. A desobediência às leis, levada a cabo pelos remanescentes, reflete a negação ao sistema imposto pelo Estado e pela MRN, dada a necessidade de consumo dos bens da floresta, direito exercido com a ocupação do território pelos seus antepassados. A problemática se agravou ainda mais, quando ao infringirem a lei, eles passaram a ser vistos como ‘criminosos’.

O pesquisador relata que a cultura centenária de uso da natureza e de circulação sem fronteiras tornou-se crime sujeito à repressão do órgão regulador e da polícia, que lhes poderia resultar em prisão, ou, como de costume no período, em tortura. Neste contexto de proibição e necessidades, o IBDF, e posteriormente o IBAMA, eram os órgãos repressores e ‘protetores’ do território ecológico no entorno minerador (Wanderley 2008:37).

As unidades de conservação ambiental, por estarem em áreas proibidas ou restritas, foram desterritorializando comunidades quilombolas centenárias. Os remanescentes de quilombos ficaram impossibilitados de praticar atividades tradicionais, tendo que reestruturar sua cultura à nova condição territorial. E Wanderley (2008) considera a eficiência ambiental destas políticas e dos territórios na região, sob controle do IBAMA e da MRN, altamente contestáveis.

Contudo, é importante observar que, na última década do século XX e no início do XXI, os conflitos e as lutas continuaram, mas houve alguns avanços e conquistas por parte dos afrodescendentes. O movimento social dos quilombolas lhes proporcionou o direito de permanecerem dentro da FLONA e até mesmo da REBIO. As regras que impediam a exploração dos recursos naturais foram, em alguns casos, flexibilizadas (Wanderley 2008). As comunidades também con-

seguiram titular alguns territórios, porém esses não se encontram no interior de nenhuma Unidade de Conservação, onde ainda permanecem os impasses.

Duque (2009:150) observa que, no processo de implantação do projeto minerador, as comunidades sentiam-se ameaçadas, mas pouco ou nada podiam fazer, a não ser permanecerem na área que ocupavam. O estudioso também registrou que, quando de fato a empresa começou a produzir bauxita, as comunidades do *Moura* e *Boa Vista* passaram por um processo de ‘apadrinhamento’, que se configurava numa espécie de tutela por parte da mineradora. Mais uma vez, as comunidades tradicionais voltam a ser vítimas das estratégias de sujeição.

A multinacional prontamente atendia às solicitações oriundas das comunidades. A população ribeirinha podia até fazer compras no supermercado da MRN, construído para uso exclusivo de funcionários. Na escola, os alunos recebiam material escolar e fardamento padrão do Sistema Pitágoras de Ensino. No entanto, o pesquisador revela que isso, ao longo dos anos, foi mudando, pois a empresa mineradora passou a cortar ajuda às comunidades com materiais escolares, como farda, bolsa e sapatos. Houve uma espécie de racionamento do que era ‘ofertado’ antes.

Ele destaca também que houve grande mudança quando as crianças da comunidade *Boa Vista* deixaram de frequentar a escola de Porto Trombetas. Com a construção da escola na comunidade, os alunos que estudavam até o 5º do ensino fundamental passaram a estudar na própria *Boa Vista*. Conforme os requisitos da MRN, somente a partir do 6º ano, os alunos passavam a frequentar a Escola Professor Jonas Pontes Athias, em Porto Trombetas, administrada, até meados da década de 1990, pelo Sistema Pitágoras de Ensino.

Foi criado um centro urbano dentro da mineradora para dar suporte à atividade da própria mineradora, a cidade chamada Porto Trombetas, local de residência tanto de operários quanto dos gerentes

da empresa. O modelo adotado contém áreas centrais e nobres para os cargos mais altos e áreas periféricas, com moradias menos valorizadas, para os operários. A própria organização do espaço é hierárquica, pois respeita a ordenação frequentemente baseada nas formas culturais dos grupos dominantes. A escola bem estruturada, naquele contexto, ajuda a atender as necessidades que têm a economia de um corpo de empregados estratificados.

Além dos poucos quilombolas que constituem o contingente de operários, há ainda trabalhadores vindos de Óbidos, Alenquer, Faro, Terra Santa e Santarém, municípios que também fornecem mão de obra para a empresa, formando uma espécie de ‘periferia’ dentro do grande empreendimento, se considerarmos os demais trabalhadores especializados que possuem os altos cargos, como os do Sudeste brasileiro, Minas Gerais e São Paulo, bem como os estrangeiros.

Este fato produz um efeito invertido nas relações interpessoais, pois em vez de se analisarem as causas da desigualdade social, é transferida esta responsabilidade ao indivíduo, que agora precisa adquirir na escola, nem sempre acessível, as competências necessárias para não deixar de ser empregável. E assim, o discurso recorrente nas instituições, inclusive as escolares, é também o discurso neoliberal. Incute-se nos sujeitos a ideia de que, no processo de reestruturação do capitalismo, vencem os mais competentes, ou seja, os mais qualificados, aqueles que vão em busca de mais ‘habilidades e competências’.

Pode-se dizer, com isso, que o discurso da empregabilidade, relacionado ao estabelecimento das competências, tem como suporte a ideologia do pensamento liberal burguês, ao defender a ideia de que a posição ocupada no mercado de trabalho pelo indivíduo é imediatamente definida pelos seus méritos individuais, para os quais seriam determinantes. Funciona como uma tentativa de ‘desresponsabilizar’ o Estado por qualquer envolvimento nesta relação. Na ótica capitalista, a educação deixa de ser passível de interpretação e controvérsia, passa a ser simplesmente um campo de transmissão de competências e habilidades relevantes para o funcionamento do capital.

Neste sentido, é de se esperar também que a população afrodescendente do Alto Trombetas esteja em situação desfavorável com relação à partilha do trabalho na mineradora e demais empresas do entorno, pois além da discriminação sóciorracial, há também o baixo nível de escolaridade para a sua inserção em cargos que dispõem de melhores salários. Pode-se dizer, com isso, que a intenção de transformar a educação numa extensão do mercado faz com que a mineradora e seus agentes adotem políticas que também se pautam em padrões de competição interna, de seletividade e de ajustamento do sistema educativo à demanda do mercado de trabalho.

Para compreender estes processos nas mais diversas realidades, talvez ainda precisemos:

“desenvolver uma nova linguagem que dê conta dos complexos processos do sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno/colonial sem depender da velha linguagem herdada das ciências sociais do século XIX” (Castro-Gomez & Grosfoguel 2007:17).

A empresa mineradora na região é um cabal exemplo de que o colonialismo sobrevive, agora mais que uma imposição política, militar, jurídica ou administrativa. Apesar da descolonização, ela sobrevive na forma da colonialidade, já que as estruturas subjetivas e a colonização epistemológica ainda estão fortemente presentes, haja vista que também reprimem os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico da população de origem africana na região.

Considerações finais

Neste estudo, que desejou compreender a ideologia colonial e patriarcal nas relações interpessoais e educativas na região do Alto Trombetas, e reconhecer os processos coercitivos por meio dos quais se consolidou a dominação e a ocupação daquele espaço, foi possível também observar outros contornos que emergiram da atuação do Estado, como agente do neoliberalismo. Nesse sentido, a abordagem pós-colonial se apresentou como uma ferramenta de análise significa-

tiva para observar os desdobramentos nas relações de poder estabelecidas nas relações entre Estado, multinacionais e a população de origem africana.

Verificou-se que os quilombos do Trombetas se constituíram como a maior ocupação territorial representada e controlada por escravos fugitivos do Estado do Pará. A exploração da castanha-do-pará era a base econômica e da qual vivia fundamentalmente a população de origem africana, pelo comércio estabelecido diretamente nas cidades vizinhas ou por meio dos regatões. Essa exploração foi posteriormente substituída pela extração da bauxita e os interesses comerciais passaram às grandes empresas transnacionais e aos empresários do centro-sul do país.

À medida em que o processo de privatização da terra avança, os governos e os atores econômicos se incorporam às terras ricas em castanhas, criando um novo ator social, os ‘patrões dos castanhais’. A partir daí, cria-se uma nova forma de relação social por meio da qual a população de origem africana começa a ser introduzida à patronagem. A coleta da castanha, antes realizada pelas famílias nas comunidades, agora passava ao controle dos patrões. Neste processo, ocorre o que chamamos de a ‘re-escravização’ das populações afrodescendentes, que passaram da agricultura e extrativismo autônomo para a relação de dependência e sujeição aos patrões.

Nesse processo, a retórica do poder, utilizada pelos agentes das grandes empresas para legitimar a dominação do espaço sobre os povos recém-conquistados, foi a disseminação de valores tidos como universais, como a ideia de ‘civilização’, de ‘desenvolvimento econômico’, de ‘progresso’ e, mais recentemente, de ‘democracia’ e de ‘direitos humanos’. Foi possível também observar a complexidade de como se instauram estas relações, suas reproduções e desdobramentos.

Verificou-se que esta relação não se deu simplesmente como a exclusão social da população do lugar de pertencimento, mas também por desestabilizar uma estrutura maior, que ocorreu devido aos mecanismos de subalternização. Tais ações negaram não só o *status* da

população afrodescendente como povo, como também seus direitos sociais e políticos, por meio de um processo de colonialidade complexo. E isto significou não apenas a sobreposição territorial e a perda do território, mas também o empobrecimento de todos os grupos humanos presentes nele, dando início assim a um projeto de racionalização do espaço, em detrimento de um projeto civilizatório.

A colonialidade do poder vivenciada pela população do Alto Trombetas nos permite tensionar a estrutura política do Estado e seus mecanismos de controle e de negação das populações nativas, haja vista que seus direitos políticos se estabelecem com a tomada do espaço pela sobreposição territorial, marginalizando a população afrodescendente. Além disto, tal política se evidencia profundamente nos usos de solos.

Enquanto os quilombolas são confinados à redução do espaço, limitando assim o desenvolvimento produtivo e econômico de seu povo, condenando-os a estado de precariedade, o Estado realiza nova colonização das terras a partir do estabelecimento das multinacionais em que a terra e sua posse se transforma em um importante dispositivo de negação e controle.

As marcas deixadas pela impossibilidade do extrativismo da castanha representam a maior perda socioeconômica vivenciada pelos moradores do Alto Trombetas. As promessas de emprego à população, alimentadas pelos discursos dos políticos locais, não atendeu à demanda da população. Há certa proteção da mineradora pelo poder local, fazendo desse elo uma relação paternalista e de extrema dependência entre as instituições, as elites locais, os políticos e a própria população para com a empresa.

A ferramenta mais significativa neste processo esteve (e está) marcada pela escola, que leva a cabo a tarefa civilizatória, sustentando um conhecimento ocidental no território. O atual modelo econômico depredatório com os recursos da natureza e a negação da cultura e da história da população afrodescendente instalam um estado de inferiorização, diante do aparato do sistema de ensino dispensado à elite das

empresas instalada na região. A ‘colonialidade do saber’ se dá naquele espaço pela repressão a outras formas de produção de conhecimento que possam ameaçar a atuação da empresa mineradora naquele contexto.

A população afrodescendente do Alto Trombetas vive em situação desfavorável com relação à partilha do trabalho na mineradora, pois além da discriminação sóciorracial, há também o baixo nível de escolaridade para a inserção em cargos que dispõem de melhores salários. A intenção de transformar a educação numa extensão do mercado, fez com que a mineradora e seus agentes adotassem políticas que se pautam em padrões de competição interna, de seletividade e de ajustamento do sistema educativo à demanda do mercado de trabalho.

Notas

¹ O termo ‘comunidade’ é utilizado pela Igreja Católica para identificar as formas de organização de grupos de famílias ribeirinhas que residem ao longo dos rios e lagos do município de Oriximiná.

² Na região do Trombetas a jazida de bauxita foi descoberta pela empresa transnacional *Aluminium Company of Canada* (ALCAN), em 1971.

³ O termo ‘remanescente’ serviu para identificar populações que não poderiam ser confundidas com os quilombos históricos, e nem associadas por descendência somente. É utilizado, portanto, para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombos (Acevedo; Castro 1998: 27).

⁴ Munanga (200: 25) explica que ‘Quilombo’ é uma palavra da língua *umbundu*, que teve seu conteúdo sociopolítico e militar originado entre os povos africanos de línguas *bantu*. Os negros escravizados na África trouxeram o vocábulo ‘quilombo’ para as Américas, onde assumiu novos sentidos em diferentes épocas e nas diversas regiões. No Brasil, o termo foi originalmente utilizado para designar um espaço e um movimento de resistência ao sistema escravocrata, composto predominantemente por negros que fugiram e formaram núcleos paralelos de poder, produção e organização social.

⁵ Boa Vista foi a primeira comunidade no Brasil a receber titulação como Remanescentes de Antigos Quilombos, de acordo com o Art. 68 da Constituição Brasileira.

⁶ O município de Oriximiná está localizado a noroeste do Estado do Pará, na região Norte do Baixo rio Amazonas; englobando a faixa de fronteira internacional ao norte, até o vale do Amazonas ao sul. O território político administrativo do município é de grandes extensões, aproximadamente 107.602,99 km².

⁷ Referindo-se aos atuais remanescentes de quilombos, ou mocambos, Moura (1999:100) apresenta uma definição para o quilombo contemporâneo. Para ela, são comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo.

⁸ Comerciantes ligados aos patrões que colocavam mercadorias nos barcos para vender à população que se encontrava nos lugares mais distantes da região.

⁹ Em 20 de novembro de 2003, um novo decreto presidencial foi assinado, regulamentando o artigo 68, que assim dizia: “Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (Brasil 2003:74).

¹⁰ Segundo o Artigo 3º do Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

¹¹ Um dos mais comentados conflitos foi o envolvendo o lago Batata. A mina da MRN contaminou o Lago de Batata, onde 24 milhões de toneladas de resíduos de mina foram descartados. O lago também sofreu com a sedimentação causada por atividades de mineração.

Referências

- ACEVEDO, R. & CASTRO, E. 1998. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: Cejup.
- DUQUE, A. N. F. 2009. “Quilombos do Trombetas: embates com o capital internacional na Amazônia”. *Revista Historiar*, 1(1):138-159.
- BONNICI, T. 2005. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá: Eduem.

- FREYRE, G. 2002. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- FUNES, E. 2000. *Comunidade Remanescente dos Mocambos do Alto Trombetas*. São Paulo: Fundação Pró-Índio.
- GENTILI, P. et al. 2012. *Educação e população afrodescendente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas*. Madrid: Faculdade latino-Americana de Ciências Sociais. Série Avances de Investigación nº 76.
- GENTILI, P. & SILVA, T. T. da. (eds). 1999. *Escola S.A quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. CNTE: Brasília-DF.
- GROSFUGUEL, R. 2007. “Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais”. *Ciência e Cultura*, 59(2):32-35.
- HALL, S. 1997. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- MIGNOLO, W. 2007. *Desobediência Epistêmica – Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad e gramática de la descolonialidad*. Ediciones del Signo. Buenos Aires.
- QUIJANO, A. 2005. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In LANDER, Edgardo (ed.): *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, pp.227-278. Buenos Aires: CLACSO.
- _____. 1990. “La nueva heterogeneidad estructural de América Latina”. *Hueso Húmero*, 26:8-33.
- _____. 2007. “Os Fantasmas da América Latina”. In. NOVAES, Adauto (ed.): *Oito Visões da América Latina*, pp. 49-85. São Paulo: Editora Senac.
- MALDONADO-TORRES, N. 2007. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In CASTRO-GOMEZ, S. & GROSFUGUEL, R. (eds.): *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, pp. 127-167. Bogota: Siglo del Hombre Editores.
- MIGNOLO, W. A. 2005. “Colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, pp. 35-54. Buenos Aires: CLACSO.
- MOURA, G. 1999. “Os quilombos contemporâneos e a educação”. *Humanidades*, 47(10):21-31.
- MUNANGA, K. 2001. “Origem e histórico dos quilombos em África”. In MOURA, C. (ed.): *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, pp. 21-31. Maceió: Edufal.
- SALLES, V. 1971. *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Belém: UFPA.
- SHIVA, V. 2003. *Monoculturas da Mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia.
- WANDERLEY, L. J. M. 2006. “Da Senzala ao Quilombo: A Construção de Territórios Alternativos a Escravidão no Rio Trombetas-PA”. Trabalho apresentado no *I Encontro da Rede de Estudos Rurais*, Niterói, RJ.

- _____. 2008. “De escravos livres a castanheiros ‘presos’: a saga dos negros no Vale do Trombetas”. 2008. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG – Brasil.
- WALSH, C. 2005. “Introducion – (Re) pensamento crítico y (de) colonialidad”. In WALSH, C. (ed.): *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial*, pp. 13-35. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005.
- WALLERSTEIN, I. M. 2007. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan.

Abstract: The article discusses the trouble experienced by communities of African descent from the Alto Trombetas – Pará – Brazil, to maintain their traditional way of life, since their lands were transformed into biological reserve and Saracá – Taquera National Forest. This process began with the installation of Mining Rio do Norte (MRN) in the region in the 1970s. In this literature review we wish to understand the colonial and patriarchal ideology in interpersonal and educational relationships and recognize the coercive processes of space occupation. Postcolonial theory and decolonial thought help us to reflect on the historical social disintegration and marginalization experienced by communities, and serve as the basis for evaluation of the profound changes caused by the presence of the mining company, as an agent of international capital in the region . The results show that the population has experienced a process of ‘re-enslavement’, dependence and subjection again.

Keywords: Postcolonialism; Patronage; Subjection; Alto Trombetas.

Recebido em abril de 2014
Aprovado em outubro de 2014